

TURISMO E MEIO AMBIENTE: RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

TOURISM AND ENVIRONMENT: RELATION OF INTERDEPENDENCE

EL TURISMO Y EL MEDIO AMBIENTE: RELACIÓN DE INTERDEPENDENCIA

Simone Fernandes Machado

Bacharel em Turismo na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
sissamachadofernan@hotmail.com

Kerley dos Santos Alves

Bacharel em Turismo e Psicóloga. Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). simonexveiga1@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo o levantamento e a análise dos impactos ambientais provenientes da atividade de visitação turística no Parque Natural Municipal das Andorinhas, Unidade de Conservação Municipal de Ouro Preto, MG, com ênfase na questão ambiental, alicerçada na expectativa da sua sustentabilidade. A escolha do objeto de estudo se deu em razão da necessidade de buscar informações acerca das potencialidades de impactos comuns a atividade de visitação, a fim de servir como base para um planejamento adequado da atividade turística. Com isso, pretende-se maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos provocados por tal atividade, servindo como subsídio para elaboração de programas de manejo. Foram realizadas 08 entrevistas entre os 15 gestores e funcionários que zelam pela segurança do local em junho de 2013. Cabe ressaltar que, para a estruturação dos questionários, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca de temas relacionados.

Como resultado da pesquisa, foi possível observar que a unidade possui problemas pontuais, muitos deles devido à falta de recursos financeiros e de qualificação profissional dos seus gestores.

Palavras-chave: Unidade de conservação. Gestão ambiental. Impactos de visitação turística. Conservação ambiental. Planejamento. Meio Ambiente.

ABSTRACT

This paper aims to present the survey and the analysis of the environmental impacts from the activity of tourist visitation in the Parque Natural Municipal das Andorinhas, Municipal Conservation Unit of Ouro Preto, MG with an emphasis on environmental issues, based on the expectations of its sustainability. The choice of the object of study was due to the need to seek information about the potential common impacts related to the visitation activity, in order to serve as the basis for a proper planning of tourist activity. With this, it is sought to maximize the positive impacts and minimize the negative ones caused by such activity, serving as a subsidy for the elaboration of management programs. 08 interviews among 15 managers and employees who oversee the security of the site were performed in June 2013. It is worth noting that a bibliographic research on the related topics was performed to help structure the questionnaires. As a result of the research, it could be observed that the unit has occasional problems, many of them due to the lack of financial resources and professional qualifications of its managerial staff.

Key words: Conservation unit. Environmental management. Impacts of tourist visitation. Environmental conservation. Planning. Environment.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo el estudio y el análisis de los impactos ambientales derivados de la actividad turística en el Parque Natural Municipal Andorinhas, Unidad de Conservación Municipal de Ouro Preto, MG, con énfasis en temas relacionados con el medio ambiente, basada en la expectativa de su desarrollo sostenible. La elección del objeto de estudio se dio por razón de la necesidad de buscar informaciones sobre los posibles impactos de la actividad comunes de visita, a fin de servir como base para una adecuada planificación de la actividad turística. Con esto, se pretende optimizar los efectos positivos y minimizar los negativos causados por este tipo de actividades, que actúa como una subvención para la elaboración de programas de gestión. Fueron realizadas 08 entrevistas entre los 15 administradores y el personal que garantizaban la seguridad del lugar en junio de 2013. Vale la pena señalar que, para la estructuración de los cuestionarios, se realizó una búsqueda bibliográfica sobre temas relacionados. Como resultado de la encuesta, fue posible observar que la unidad tiene problemas específicos, muchos de ellos debido a la falta de recursos financieros y de cualificación profesional de sus directores.

Palabras-clave: Unidad de conservación. Gestión ambiental. Impactos de visitación turística. Conservación ambiental. Planificación. Medio Ambiente.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma área relevante para as atividades econômica e social no Brasil, sendo tomado como uma alternativa na geração de renda e emprego, na vertente distributiva e no combate à pobreza, pois pode proporcionar absorção dos seus gastos em diversos setores da economia na forma direta, com a contratação de pessoal para atender diretamente aos turistas; na forma indireta, na prestação de serviços a essas empresas por meio de fornecedores diretos como os fornecedores de *souvenirs*, os motoristas que

realizam translados, servidores de banco; e os empregos induzidos originados pelos gastos dos salários dos trabalhadores na localidade receptora como em mercados, lojas de roupas.

Considerando a necessidade de buscar alternativas, efetivas e eficientes, de gestão sustentável do turismo, ou seja, uma gestão que vise o desenvolvimento da atividade turística sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos utilizados pelo mesmo pelas gerações futuras (World Commission of Environment and Development, 1987), nota-se a necessidade de adequar a oferta de serviços aos princípios de sustentabilidade, contrariando posturas de desperdícios e impacto ambiental nas áreas de cujo uso antrópico é intenso.

O planejamento e a administração adequada da visitação e dos recursos físicos e humanos existentes são essenciais para o bom aproveitamento das potencialidades destas áreas, estabelecendo programas de gestão detalhados, tendo vistas a importância ecossistêmica e social de tais áreas.

Embora as legislações ambientais sejam, em sua maioria, recentes, as preocupações do homem com relação à preservação do meio em que habitam são antigas, sendo as mesmas observadas desde as civilizações pré-históricas às atuais. Quanto às legislações específicas, de acordo com Quintão (1983), em 1376, na França foram instituídas leis que oficializaram a organização e permitiram a administração florestal do país, garantindo a exploração fiscalizada das florestas após a realização de inventário das mesmas.

A primeira Escola de Florestas foi criada em 1811 por Von Cotta e Harting, que em 1816 foi elevada a categoria de Academia Real de Tharandt, na Prússia, conforme coloca Milano (1983). No Brasil, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1811, destinado ao estudo botânico da flora brasileira (VOLPATO, 1986), marca o enfoque e a preocupação com os recursos florestais, em especial as madeiras. A constituição de 16 de julho de 1934 atribuiu a União à competência de Legislar sobre água, a caça, florestas, pesca e sua exploração. O primeiro Parque Nacional brasileiro criado foi o de Itatiaia, no Rio de Janeiro em 1937, seguido pelo Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná e a Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (IBDF/FBCN, 1982). Porém, a evolução da conservação da natureza no Brasil só tomou

proporção nacional com a elaboração do Plano de Sistemas de Unidades de Conservação do Brasil pelo IBDF (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1986) que serviu de base para a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, vigente até então no país, desde 2000. Tais legislações objetivam proporcionar condições de monitoramento ambiental, meios para educação da comunidade, investigação e estudo científico, proteção de produção hídrica, espécies raras, flora e fauna além do uso sustentável de comunidades tradicionais e recreação.

Enfatizando a necessidade do diagnóstico de ameaças e riscos na relação turismo e meio ambiente, tal necessidade fica inda mais evidente em se tratando de subsidiar alternativas de promoção sustentável do turismo em unidades de conservação. Há ênfase em tais áreas, pois as mesmas são alvos constantes de exploração dos seus recursos naturais para a visitação. Logo, faz-se necessário o estabelecimento de programas de manejo com ênfase às características do uso múltiplo.

Iniciativas como a redução do consumo de energia nos empreendimentos turísticos e o dimensionamento sustentável dos eventos, são exemplos que ilustram uma perspectiva de responsabilidade social em ascensão. É uma postura observada em eventos em que a impactação, admitida por seus organizadores é “ressarcida” em termos de medidas compensatórias para a unidade de conservação.

O turismo, pela natureza de sua atividade, precisa liderar os esforços para a consolidação de práticas ambientais sustentáveis devido à sua dependência ao meio e a necessidade de manutenção de boas condições ambientais e as peculiaridades culturais tradicionais das comunidades, além do seu efeito multiplicador.

Diante de tais considerações, este trabalho propõe realizar o levantamento e a análise dos impactos provenientes da visitação turística no Parque Natural Municipal das Andorinhas, em Ouro Preto, Minas Gerais, objetivando fornecer subsídios para a elaboração de programas de visitação que norteiem a gestão da unidade de conservação no âmbito que compreende o turismo, com ênfase na questão ambiental e alicerçada na expectativa da sua sustentabilidade. Cabe ainda ressaltar que, no Brasil, foi a primeira área classificada na categoria Reserva do Patrimônio mundial por conter exemplos significativos de processos geológicos, evolução biológica e interação humana com o

ambiente natural, assim como por conter habitats onde populações de espécies raras ou ameaçadas de extinção ainda sobrevivem. Exemplos significativos dos principais estágios de evolução da terra é em Ouro Preto, Minas Gerais (IBAMA/MINTER, 1989).

Para obtenção de tais dados foram considerados aspectos relacionados à interdependência entre o turismo e o meio ambiente; o papel do poder público e seus órgãos na gestão da UC; os conceitos de áreas protegidas e unidades de conservação bem como o de turismo. Por fim, é apresentada a área de estudo com seus aspectos históricos, geográficos, domínios morfológicos.

Posteriormente foi tratado e analisado o objeto de estudo do trabalho na unidade de conservação Parque Natural Municipal das Andorinhas, onde foram observadas questões relacionadas ao saneamento ambiental; à capacitação profissional dos condutores ambientais locais; à adoção de princípios para a visitação sustentável; análise aos impactos observados nos roteiros turísticos pré-estabelecidos; a infraestrutura física e viária. Os impactos visuais relevantes na unidade de conservação que possam ser decorrentes da visitação turística. E, por fim, foram apresentadas as considerações finais do estudo em questão.

Visando a obtenção das informações anteriormente mencionadas, o estudo proposto fez ainda uso da análise dos dados qualitativos, uma vez foram utilizadas entrevistas realizadas com os gestores do Parque Natural Municipal das Andorinhas para traçar comentários e discutir a situação encontrada em pesquisa de campo realizada na referida área visando discutir a situação do turismo e sua relação com o meio ambiente.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário, com perguntas abertas – que caracteriza uma pesquisa qualitativa - com intuito de descrever fatos sociais e ambientais. A escolha do levantamento se deu em razão da necessidade de reunir dados atuais sobre os impactos provocados pela visitação pública em uma unidade de conservação a fim de servir como base para um planejamento adequado da atividade turística, visando maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos.

Os questionários foram aplicados pessoalmente, com os gestores em seus locais de trabalho, a constar: Sede administrativa do Parque Natural Municipal das Andorinhas - PNMA e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no mês de junho de 2013. De 15

funcionários existentes no PNMA, foram entrevistados 03 gestores diretos e 05 funcionários indiretos vinculados a empresas terceirizadas que zelam pela segurança do local totalizando 08 entrevistas. Cabe ressaltar que para a estruturação dos questionários, foi realizada ainda uma pesquisa bibliográfica acerca de temas relacionados que serão apresentados a seguir.

ASPECTOS RELACIONADOS À INTERDEPENDÊNCIA ENTRE O TURISMO E O MEIO AMBIENTE.

Para melhor entendimento da relação entre os aspectos ambientais e os demais envolvidos, faz-se necessário que sejam recaptulados alguns conceitos básicos, necessários para o melhor entendimento da necessidade de programas de manejo adequadas à UC em questão.

Etimologicamente as palavras que formam o termo “meio ambiente” podem ser definidas da seguinte forma, de acordo com Valenti (1984): Meio (do latim médium) é o lugar e contexto imediato onde se encontra ou se movimenta qualquer ser vivo; ambiente (do latim ambire) é o que está periférico que se envolve o ser vivo. Para Sunkel e Gilo (1980) Biofisicamente, é o âmbito biofísico natural, suas sucessivas transformações artificiais e sua dimensão espacial. Pode ser entendido, também, como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permitem abrigar e reger a vida em todas as suas formas (Lei n. 6938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente). Já para Meadows (1989) a noção de meio ambiente é composto por três níveis distintos de existência: o físico, o biótico e o humano cada um dos quais obedecendo as suas próprias leis nos níveis inferiores.

O meio ambiente vem passando por constantes transformações, sejam elas de origem naturais tais como catástrofes naturais como maremotos, avalanches, erupções vulcânicas, terremotos. Desastres inerentes às ações humanas. Porém, Euhofa *et al.* (2001) ressaltam que existem ainda fenômenos que alteram o meio ambiente, provenientes de ações antrópicas, e que possuem repercussão para o turismo. Euhofa; Ih&Ra; Unep (2001)

citam como exemplo: o aquecimento global e as mudanças climáticas; o esvaziamento da camada de ozônio; a poluição do ar e a chuva ácida; a escassez e poluição da água; a degradação dos solos; a perda de biodiversidade; os desastres naturais.

Se o turismo pode ser considerado um dos causadores de impactos sobre o meio ambiente, por outro lado, ele é afetado diretamente por suas mudanças, visto que utilizam dos seus recursos como atrações turísticas. Logo, se tais áreas forem afetadas, degradadas ou extintas, todo o conjunto de equipamentos da superestrutura constituintes do produto turístico envolvido pode sofrer prejuízos.

Os impactos podem ainda ser de ordem física como: o esgotamento de recursos naturais tais como a água, os alimentos, matéria prima, vida selvagem, implantação de infraestrutura que facilitam o desenvolvimento da atividade turística e a poluição local. Existe ainda a possibilidade de danos de ordem social, tais como: conflitos de uso do solo, expansão e poluição arquitetônica, barulho, congestionamento, escassez de água e de alimentos, sazonalidade e descaracterização de culturas tradicionais.

O turismo, praticado em áreas naturais, explora muitas vezes de forma desordenada ecossistemas naturais com elevado nível de fragilidade. O mesmo pode ocorrer em relação à herança cultural das comunidades locais que habitam o entorno desses ambientes. Uma gestão adequada dos atrativos naturais, que visem o estabelecimento e disseminação de práticas que reduzam os impactos negativos decorrentes do mesmo, pode auxiliar na preservação do meio ambiente.

Medidas como o incentivo à utilização de transporte coletivo, ou meio de transportes alternativos, como bicicletas, nos passeios podem reduzir diversos problemas tais como poluição atmosférica, barulho, falta de estacionamentos e acidentes. Servir pratos típicos, contratar funcionários locais que fornecerão informações confiáveis sobre os atrativos e orientar os gestores sobre atrativos e os meios de hospedagem quanto às práticas de preservação dos recursos naturais locais como reciclagem do lixo e sistema de tratamento de efluentes sanitários, podem auxiliar na redução da degradação ocasionada pela visitação turística na localidade. Nesses termos, a participação do poder público no desenvolvimento do turismo tem sido amplamente discutida nas esferas públicas e privadas, principalmente no que se refere aos limites de sua atuação.

O PAPEL DO PODER PÚBLICO E SEUS ÓRGÃOS NA GESTÃO DA UC.

Para além da normatização e regulação da proteção do meio ambiente, cabe ao poder público fortalecer as políticas de planejamento, estruturação, controle do espaço, bem como, estimular ações que visem à apropriação local por meio da própria cultura, história e identidade da comunidade. Ao pensar no processo de turisficação dos lugares, esse está condicionado à diversidade e singularidade de seus atrativos e equipamentos, lugar de vida e memória “[...] simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 1994, p. 51). Entretanto, para Alves (2012, p.260):

Ainda sobrevivem as tradicionais estratégias da chamada “indústria do turismo” cujo embasamento está na balança comercial, aliado ao processo de banalização e esvaziamento dos lugares, diante dos conflitos de uso e relações de poder. Na nova ordem social, o que outrora era reconhecido centro turístico tradicional, lugar definido como identitário, relacional e histórico, acaba se tornando local de passagem, temporário, provisório, indesejado pela maioria de acordo com o lugar que ocupa no ciclo de vida do produto turístico, que se constitui a partir do desenvolvimento ao declínio da destinação.

Segundo Beni (1998, p.102) a atual expansão do turismo, associada ao aumento da ocorrência, da competitividade e da profissionalização e do crescimento das preocupações sociais e ambientais, tornam indispensável uma postura mais comprometida e proativa do Estado. Ainda de acordo com o mesmo autor, o distanciamento do poder público pode refletir na iniciativa privada que, sem diretrizes claras e objetivas da sociedade, tende a conduzir o turismo para o desenvolvimento das atividades mais lucrativas, descuidando de outras áreas como a social e a cultural.

No setor turístico, conforme ressalta Lickorisch e Jenkins (2000, p. 241), a postura do Estado, de modo geral, tem sido de distanciamento caracterizada por pouca ou nenhuma intervenção direta, exceto quando os outros setores da economia apresentam dificuldades: nesses momentos, o turismo parece uma alternativa de reversão rápida de

panoramas econômicos negativos e, conseqüentemente, observa-se uma maior interferência do Estado em razão da possibilidade de entrada de moeda estrangeira. No Brasil, embora a participação no desenvolvimento do turismo ocorra em todos os níveis do poder público, ainda se verifica uma grande fragilidade das representações regionais, estaduais e locais. E, embora sejam bastante diversificadas as experiências de participação do poder público no desenvolvimento turístico, todos têm um desafio em comum: conseguir promover uma “parceria desenvolvimentista com o setor privado” (JENKINS, 1998, p.33).

Estudos realizados em 1974 pela União Internacional de Organizações de viagens (IUOTO), antecessora da OMT, descrevem cinco principais funções do Estado no desenvolvimento do turismo: coordenar, planejar, legislar e regulamentar, empreender e incentivar. Porém, de um modo geral, a participação do poder público no desenvolvimento do turismo ocorre somente quando este setor é considerado relevante, baseado no retorno que ele apresenta como atividade econômica. No entanto, observa-se uma recente mudança de postura e de estratégia de desenvolvimento em consequência da emergência dos temas relacionados às questões ambientais. Mas, apesar da mudança verifica-se ainda uma série de dificuldades tais como questões de entendimento da atividade, baixa qualificação dos gestores públicos, recursos financeiros escassos.

De acordo com Beni (2001), o objetivo da viagem, a duração da viagem e a distância viajada caracterizaram-se como os três principais elementos para a construção de diferentes definições de turistas. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), esses consumidores podem ser classificados em turistas, excursionistas e visitantes. Dessa forma, turistas são visitantes temporários que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado e cuja finalidade da viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências. Excursionistas são visitantes temporários que permaneçam menos de 24 horas no país visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos). Essa definição foi então aprovada em 1968 pela Organização Mundial de Turismo (que se chamava, na época, União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens), que passou a incentivar os países a adotá-la.

O conceito de ecoturismo e a sua origem têm apresentado diversas explicações, que são frequentemente questionadas ou redefinidas. Em 1993, Laarman e Durst identificaram uma diferença conceitual entre o ecoturismo e turismo na natureza e estabeleceram um escopo mais estreito e outro mais amplo para essa definição. O conceito mais estreito descreve a atividade de pessoas que promovem atividades turísticas orientadas à natureza. No conceito mais amplo, aplica-se o turismo que utiliza recursos naturais, focalizando ambientes relativamente intocados como: reservas selvagens, parques e habitantes protegidos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC define unidade de conservação – UC, como uma porção do território nacional ou de suas águas marinhas que é instituída pelo poder público em âmbito municipal, estadual ou federal, como área sob regime especial de administração. Isso se dá pelo reconhecimento desta área possuir características naturais relevantes, à qual se aplicam garantias de proteção de seus atributos ambientais. De acordo com o ministério de Meio Ambiente – MMA - nos últimos anos, no Brasil, observações empíricas indicam que as atividades em contato com os ambientes naturais têm aumentado tanto em relação às modalidades, como em relação ao número de praticantes. Esta realidade tem demandando o estabelecimento de diretrizes e normas para que a visitação seja realizada de maneira adequada, respeitando um dos principais objetivos das áreas protegidas: a conservação da natureza.

Nos termos do art. 11 da Lei nº 9.985/00, os parques nacionais, estaduais ou municipais têm como objetivo principal “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”. Todas as categorias de manejo de unidades de conservação, com exceção das estações ecológicas e das reservas biológicas, são passíveis de visitação pública, desde que observadas as regras contidas no plano de manejo e no plano de uso público. Além disso, se a unidade de conservação estiver inserida em área privada, deverá haver anuência do proprietário, a quem reverterão os valores auferidos com a cobrança de ingressos. Isso porque a exclusividade, assim como a possibilidade de exploração econômica e de disposição, deve ser garantida ao titular do domínio e, quando afetadas, geram desapropriação indireta.

De acordo com o parágrafo 1, art. 25, Capítulo IV da Lei 9985/2000 (Lei do SNUC), o órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação a ser implantada estabelecerá regras específicas regulamentando, no prazo de um ano, a ocupação e o uso dos recursos naturais da zona de amortecimento e, se pertinente, de corredores ecológicos. Dale (2005) coloca ainda que o turismo, assumindo os princípios do ecoturismo, tem papel destacado na questão de conservação da natureza, sendo um dos negócios ambientalmente corretos mais indicados para áreas protegidas, tanto em Unidades de Conservação quanto em áreas protegidas por outros mecanismos legais ou não, como tradições locais ou estratégias de mercado.

O Parque Natural Municipal das Andorinhas foi criado pela Lei Municipal nº 390 de 30 de dezembro de 1968 para preservar os recursos naturais da região e a nascente do Rio das Velhas. Está contido na Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas, designada como prioritária para a conservação da biodiversidade brasileira, sendo considerada de importância extrema para o bioma da Mata Atlântica e para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais (MACHADO, 2013 p.52.). Localizado na Avenida das Andorinhas, no Morro São João a cerca de cinco km da Praça Tiradentes. Possui as seguintes formas de acesso: Pelo Morro da Queimada, Pelo Morro São Sebastião, Pelo Morro São João (OUOPRETO.COM, 2012).

Em 21 de julho de 2005 foi aprovada a lei nº 69/2005 que altera a lei nº 305/2008. De acordo com essa lei, o parque passa a possuir uma área de 675,9 ha. O ponto central e o principal atrativo é a Cachoeira que dá o nome ao Parque. A criação do Parque visa à preservação do seu alto valor biológico, turístico, histórico e de nascentes formadoras do Rio das Velhas, importante sub-bacia do Rio São Francisco, cuja revitalização é fundamental para o sucesso da Política Nacional de Recursos Hídricos, e contribui significativamente para maior captação de água do sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, através do Sistema Rio Manso. Também inserido na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, possui altitudes significativas formando um vale que é percorrido pelo Rio das Velhas, cujos afluentes são intercalados por cachoeiras de grande beleza cênica, como a Cachoeira das Andorinhas, que dá nome ao Parque, e é considerada como nascente simbólica do Rio das Velhas.

A gestão do PNMA está a encargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e existem duas empresas terceirizadas responsáveis pela manutenção, limpeza e segurança do local e possui um quadro composto por 15 funcionários. Os domínios morfológicos observados no Parque são: Campo Úmido; campo Rupestre; Campo Rupestre com arbustivas de Cerrado (antropizado); Campo de Canga; e Floresta Estacional Semidecidual Montana (MACHADO, 2013).

Nos últimos anos, no Brasil, observações empíricas indicam que as atividades em contato com os ambientes naturais têm aumentado tanto em relação às modalidades, quanto em relação ao número de praticantes. Esta realidade tem demandando o estabelecimento de diretrizes e normas para que a visita seja realizada de maneira adequada, respeitando um dos principais objetivos das áreas protegidas: a conservação da natureza (Ministério de Meio Ambiente – MMA).

TURISMO E MEIO AMBIENTE, RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA.O PARQUE NATURAL DAS ANDORINHAS NA VISÃO DOS SEUS GESTORES

O Parque Natural Municipal das Andorinhas, além de possuir função ecológica e de melhorar a estética urbana, atende a função biótica e social das áreas verdes públicas urbanas, além de apresentar grande potencial para o turismo, práticas relacionadas ao esporte, contemplação, educação ambiental, recreação e lazer (MACHADO, 2013 p.62.). O Uso público, termo adotado pelos órgãos oficiais, ligados ao manejo de áreas naturais protegidas no Brasil, pode ser definido como o usufruto gozado pelo público, quer seja recreacionista, educador, pesquisador ou religioso. E, quando bem planejado, permite o cumprimento dos objetivos de criação de muitas unidades de conservação, favorece o entendimento e a apropriação das unidades de conservação pelas pessoas e, assim, o estabelecimento de relações com a sociedade. É uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais e contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais (TAKAHASHI, 2004; MMA, 2006).

O turismo exerce impacto sobre o meio ambiente por ser um grande consumidor de combustíveis, eletricidade, alimentos, recursos de água, de terra e de espaço. Gerando lixo, degradando espaços físicos e emitindo poluentes. Os impactos negativos do turismo

podem ocorrer sobre o ambiente natural e seus componentes básicos tais como a água, o ar, a vegetação, os solos, a vida selvagem, os biomas, os minerais e as formações rochosas, bem como ambientes construídos pelo homem e sobre as culturas tradicionais locais. Esses impactos podem ser ainda de natureza direta ou indireta.

Apontar deficiências nos sistemas de saneamento e o seu conseqüente grau de impacto, principalmente em unidades de conservação com potencial turístico, mais suscetível aos reflexos da ocupação humana, visando sanar suas carências, pode evitar a proliferação de muitas doenças e aumentar a disponibilidade de água potável de boa qualidade. O turismo, inevitavelmente, produz resíduos sólidos e efluentes orgânicos (esgotos); a sua má disposição ou destinação final é um sério problema, principalmente em áreas com alta concentração de turistas. No PNMA, os rios, trilhas e margens de estrada costumam ser os ambientes mais afetados pela destinação inadequada de resíduos. A poluição decorrente de descarte irregular de efluentes orgânicos (sanitários) podem afetar a saúde dos visitantes e comprometer a viabilidade do parque enquanto atração turística.

De acordo com os gestores entrevistados, no PNMA, além destes impactos, ainda existem aqueles causados pela deficiente infraestrutura urbana: obstrução de escoamentos por construções irregulares, obstrução de rios por resíduos, projetos e obras de drenagem inadequadas, principalmente provenientes de residências localizadas no Bairro Morro São Sebastião.

A poluição de cursos de água em ambientes naturais que recebem visitação pode acontecer tanto por dispersão de produtos químicos (bronzeadores, condicionadores, cremes, dentre outros) durante um banho, quanto pelo lançamento de esgotos de alojamentos e pousadas diretamente nos cursos de água quando o local não detém os recursos de infraestrutura necessários ao atendimento do turismo e ao controle do impacto ocasionado pelo uso desordenado destas áreas. Cabe ressaltar que a ciclagem de nutrientes acontece naturalmente. Em casos de poluentes dispersados no solo ou na água, alguns podem ser acumulados em espécies, atingindo diversos níveis na cadeia alimentar. A incipiência em relação ao serviço público adequado de coleta e tratamento de esgoto sanitário no Brasil fica evidente analisando-se a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, de 2008 (IBGE, 2011), que mostra que apenas 55,2% dos municípios brasileiros possuem

rede coletora de efluentes domésticos e menos de um terço (28,5%) apresentam algum tipo de tratamento.

De acordo com o supervisor operacional do PNMA “Em se tratando da atividade turística no PNMA o tratamento do esgoto é um dos maiores problema enfrentado pela gestão, no que tange as questões de preservação ambiental.” Os demais entrevistados informaram ainda que a estrutura predial da sede do PNMA apresenta vazamentos constantes, principalmente nos banheiros e cozinha. O Parque possui ainda uma estação de tratamento de esgoto, porém não atende adequadamente a demanda, pois apresenta deficiências e falhas desde a elaboração e execução do projeto inicial. Como resultado, a mesma necessita de limpeza e manutenção periódicas. Quando o fluxo de visitação é alto, a mesma transborda.

“O Parque possui ainda problemas decorrentes do lançamento de efluentes do Sistema de Esgoto do Morro São Sebastião; na estação elevatória do SEMAE; e um grande histórico de notificações aos órgãos competentes” informa o gerente. Ainda de acordo com o gerente, recentemente foi instituído um sistema de vigilância na estação, porém, ainda não foram sanados os problemas decorrentes do seu transbordo periódico.

O Parque apresenta ainda assoreamento de cursos de água causado pelas antigas atividades mineradoras na Pedreira situada na região das Camarinhas, apontando para a necessidade de intervenção para revitalização dos cursos de água. Ressalta-se que aparelhos com vasos sanitários econômicos, redutores de vazão, podem reduzir o consumo de água no atrativo, além do mais, o toailete seco, do tipo que não usa água como meio de condução das fezes pode ser uma alternativa para minimizar os impactos supracitados.

A falta de recursos humanos e financeiros é um dos grandes problemas enfrentados pela maioria das Unidades de Conservação. E os serviços de turismo devem contar com profissionais com visão crítica de saúde pública, habilidade para reconhecer situações de risco e criatividade para elaborar estratégias de precaução ou prevenção. Para tanto, a formação e reciclagem de seus profissionais se faz essencial.

Atualmente, o PNMA possui uma equipe de gestão formada por 5 funcionários diretos, representantes do Poder Público. A equipe operacional é formada por 11

funcionários terceirizados. Porém, não há especificação profissional pré-estabelecida para ocupar os cargos anteriormente mencionados, exceto no que tange aos cargos técnicos. Segue relato do supervisor da equipe operacional do PNMA demonstrando sua opinião e a preocupação acerca da situação atual do parque:

“É de conhecimento de todos os que se interessam pelo parque, o fato de que alguns princípios básicos para uma gestão eficiente da unidade de conservação foram negligenciados desde sua concepção, e continuam da mesma forma até os dias atuais. Citando como exemplos, a construção de sua sede em local classificado como Área de proteção permanente (APP), o fato de obras intermináveis como as do complexo esportivo ser executadas antes da construção das portarias, o falho termo de referência que orienta o contrato de prestação de serviços que ainda está em vigor, e a polêmica e questionada instalação dos guarda-corpos nas áreas consideradas de risco. Diante dessa realidade, acredito que parte da causa de tais problemas se deve à falta de participação, não apenas do Poder Público, mas também da sociedade. Parece-me que os instrumentos utilizados quando da concepção e execução do Parque, como as audiências públicas que comumente são promovidas nestes casos, não foram suficientes para que o processo se tornasse efetivamente participativo, levando a um melhor entendimento, aceitação e participação da comunidade.”

Não existe um processo de seleção e qualificação dos candidatos ao cargo de Guarda Parque, fato que inviabiliza a excelência na execução das atividades compreendidas pela função. A natureza do serviço do Guarda Parque requer um perfil específico de profissional, além de um programa de treinamento multidisciplinar.

De acordo com um funcionário responsável pela manutenção direta da unidade “se hoje a gestão da unidade apresenta determinados problemas, muitos deles se devem à construção do primeiro termo de referência utilizado para orientar o contrato de prestação de serviços que esta em vigor no momento”. Informou ainda que um novo termo de referência está sendo tramitado para aprovação: encontra-se na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e, apesar de parte da equipe que atualmente trabalha na unidade ter sido consultada para a criação deste novo documento, possivelmente o mesmo ainda não atenda às necessidades da unidade, uma vez que outros profissionais da área poderiam ter sido consultados a fim de contribuir com a criação deste documento.

A atuação do condutor ambiental deve estar relacionada à condução de grupos em áreas naturais, com desenvolvimento de atividades interpretativas. Para tanto, é

essencial que sejam capacitados e que possuam conhecimentos básicos em ecologia, técnicas para condução de grupos em áreas naturais, orientações básicas em cartografia, em atendimento ao público, educação ambiental, primeiros socorros e resgate. Este último promovido e coordenado por um integrante capacitado do Corpo de Bombeiros.

De acordo com um funcionário entrevistado, é impossível obter o controle da unidade sem a presença de portaria nos principais acessos, porém, ainda segundo o mesmo:

“Atualmente a unidade esta de portas escancaradas, não existe um controle de pessoas no interior da unidade, inviabilizando parte do trabalho da equipe operacional, comprometendo a segurança de todos e do ambiente natural e o efetivo atual não tem capacidade para executar um monitoramento completo e seguro, o parque dispõe de uma dupla de Guarda Parques por dia, sendo um homem e uma mulher.”

Atualmente não existe meio de transporte a serviço da unidade no interior do parque. Os funcionários que não dispõem de meios alternativos para o traslado de casa ao trabalho, tem de percorrer a pé o trecho da entrada até a sede da unidade, dificultando o cumprimento correto das escalas, comprometendo a segurança dos trabalhadores e até inviabilizando o acesso em dias chuvosos e períodos noturnos. O Guarda Parque, profissional responsável pelo monitoramento da unidade, não dispõe de alternativas para desempenhar tal função, pois o parque conta com aproximadamente 675 ha de abrangência, além da necessidade de atender de pronto a problemas corriqueiros em seus limites.

Porém, mesmo diante desta realidade, só pela presença de pessoas responsáveis pelo parque, houve considerável redução na criminalidade dentro da área do parque e no seu entorno próximo, nos últimos cinco anos, sendo registrada apenas uma ocorrência por furto desde a implantação do parque em 2005. O que, antes de tal período, era frequente. Quanto à poluição (sonora, do ar, do solo, da água e estética), o turismo tem uma parcela de contribuição potencialmente expressiva. Pouco se tem feito para minimizar os impactos gerados como erosão, inundações e acúmulo de resíduos, contaminação das águas e manutenção da fauna e flora.

Na estrutura predial da sede administrativa do Parque, foram utilizados materiais de alto consumo energético em sua produção e manutenção, tais como: vidro, aço, cimento, alumínio e demais produtos de galvanoplastias, como o uso de produtos metálicos, componentes cerâmicos, louças e metais sanitários.

Os transportes turísticos estão em constante desenvolvimento. A poluição sonora de carros, motos e ônibus que servem ao turismo são geradores de estresse, aborrecimentos e distúrbios auditivos, não só ao ser humano, quanto à vida selvagem. As estradas de acesso ao Parque estão em péssimas condições, necessitando de intervenção de maquinário e de sistema de drenagem. De acordo com um dos responsáveis pela manutenção do parque “A estrutura física já apresenta desgaste natural, alguns danos foram causados por atos de vandalismo nos banheiros, portaria e estrutura de Guarda corpos, além de problemas na parte elétrica”.

Relacionados aos impactos visuais é possível citar o lixo, cuja presença, além de denegrir a paisagem, torna-se foco de doenças e aumenta os riscos de incêndios para uma determinada área. Certos tipos de lixo, principalmente o lixo seco podem desencadear um incêndio. Sendo assim, nota-se a importância do controle destes aspectos para que se aumentem as chances de conservação de áreas naturais. A ocorrência de incêndios geralmente acarreta mais aspectos negativos do que positivos para uma determinada área. De acordo com os gestores entrevistados, a maioria dos incêndios ocorridos no PNMA é de origem antrópica e de difícil controle, uma vez que são provocados sem práticas adequadas que assegurariam a conservação do local.

A presença de empecilhos no trajeto do visitante são alguns dos aspectos que ocasionam a degradação de pontos específicos nas trilhas. A falta de manutenção das trilhas agrava os impactos, uma vez que os locais continuam sendo utilizados para visitação. Pontos erodíveis são comuns. Sendo a exposição de raízes em ambientes naturais, consequência tanto de impactos naturais quanto de antrópico. O trânsito de pedestres ajuda a agravar esta situação.

Ainda, de acordo com os entrevistados, os casos de construções inadequadas ou irregulares são frequentes no PNMA, degradando ambientes naturais e causando impactos visuais negativos e pontos de alagamento em consequência do mau funcionamento dos canais de drenagem, sendo responsáveis ainda por inúmeros

problemas de erosão nas trilhas. Foram relatadas ainda: pichações em rochas, e resquícios de fogueira em áreas próximas a cachoeiras ou cursos d'água.

Espécies exóticas invasoras são consideradas a segunda maior ameaça à perda de biodiversidade, perdendo apenas para ambientes que são convertidos para uso humano (DRUMMOND et al., 2005 p. 222). Um exemplo fornecido pelos gestores é a presença de animais domésticos, como cães e gado, que podem ser encontrados em vários locais do PNMA. De acordo com os gestores entrevistados, é comum ainda no PNMA notar o desgaste das camadas superficiais do solo. Geralmente este tipo de impacto associa-se a canais irregulares de escoamento de água. Ressalta-se ainda que locais com desgaste excessivo do solo devam passar por manutenção periódica de forma a evitar o avanço dos processos erosivos.

A criação de unidades de conservação deve se apresentar como principal ideal à conservação das áreas naturais e de sua biodiversidade. Entretanto, é possível notar, algumas vezes, que este ideal não é mantido sendo priorizados outros valores com menor relevância para conservação, tal como o incentivo ao turismo desordenado como fonte de captação de renda para as unidades. A prática desta atividade deve ser tida como uma ferramenta para auxiliar a conservação, devendo ser utilizada de forma controlada assegurando não só a obtenção de recursos, mas principalmente a conservação destes ambientes. Segundo Soares (2007) o desordenamento destas atividades são mais comuns no Brasil e em países em desenvolvimento.

Os entrevistados destacaram ainda como fatores dificultadores para um controle eficiente dos impactos ambientais negativos da visitação no PNMA a inexistência de um planejamento adequado, a descontinuidade administrativa, a fragilidade das ações locais e regionais, aspectos burocráticos legais, o imediatismo das ações que visam apenas sanar superficialmente os problemas existentes: resistência da comunidade do entorno, a falta de recursos ou a utilização incorreta do mesmo. Porém, cabe ainda ressaltar que a visitação turística também apresenta aspectos positivos para a conservação do PNMA e benefícios para a comunidade do entorno. “A visitação traz como benefícios do turismo o auxílio financeiro para a manutenção das áreas de uma unidade de conservação e outros financiamentos que auxiliem na conservação destas áreas” - informou o supervisor da área.

O PNMA é mantido com verba pública e não há cobrança de entrada e a principal fonte de recurso externo no PNMA é proveniente de compensação ambiental. É importante lembrar que o turismo deve ser praticado de forma ordenada a não esgotar os recursos da área, mesmo que os recursos financeiros sejam advindos desta prática. A conservação das áreas localizadas no entorno de unidades de conservação é de fundamental importância para a conservação de áreas protegidas. Com o correto planejamento, estas áreas podem funcionar como pólos de atração para visitação, auxiliando para redistribuição do fluxo de visitantes, diminuindo a pressão do pisoteio em alguns locais e ocasionando no aumento da oferta de espaços de recreação e lazer nestes ambientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, percebe-se que, embora no Brasil o conceito de Unidade de Conservação e a preservação de áreas de grande interesse ecológico tenham evoluído, juntamente com a busca por tais áreas no que tange a visitação turística, é possível perceber que no PNMA ainda prevalecem grandes desafios para administração e manejo da área. Percebe-se que há ainda muito por fazer para que o objetivo de visitação sustentável seja atingido de fato. A unidade ainda apresenta sérias restrições econômico-sociais devido à falta de envolvimento da população do entorno e do poder público, este último, no que tange a definição de políticas claras e à fiscalização adequada dos recursos.

A criação do Parque Natural Municipal das Andorinhas foi um elemento relevante para o estabelecimento de diretrizes para a visitação e preservação da unidade, pois trouxe vantagens como: a criação de planos e programas de conservação de suas áreas naturais, facilitando a captação de recursos financeiros, investimentos promovidos por empresas privadas a fim de desenvolver e/ou manter a qualidade dos seus recursos naturais, promovendo a valorização de uma região anteriormente pouco conhecida, facilitando a acessibilidade da comunidade local aos seus aspectos naturais e

consequentemente ao incentivo à introdução de práticas conservacionistas em sua cultura. Incentivou ainda a utilização um pouco mais racional do espaço por meio de convívio direto com a natureza, programas de educação ambiental e melhorias nas condições de infraestrutura.

Cabe ainda ressaltar a carência de insumos, de recursos humanos e financeiros, da qualificação profissional de seus gestores aponta para a necessidade de estabelecer programas de manejo no PNMA que visem dar suporte, estimular a geração e o aprofundamento dos conhecimentos científicos sobre os aspectos bióticos, abióticos, sócio-econômicos, históricos e culturais da UC, assim como prever o acompanhamento dos fenômenos e modificações ambientais ocorridos nas UC e sua área de amortecimento, proporcionando subsídios ao seu manejo mais adequado. A ausência de dados que norteie as ações do poder Público consequentemente a ausência de planejamento, dificulta e em alguns casos até mesmo inviabiliza o funcionamento adequado da unidade.

O planejamento constitui uma importante ferramenta de gestão para Unidades de Conservação. Na fase de elaboração dos planos e estratégias, o processo de gestão necessita de informações que auxiliam na tomada de decisão e, a partir deste pressuposto, a realização do diagnóstico atual e do plano de metas pode oferecer importantes subsídios para adequar as ações da gestão às necessidades da unidade com vistas à maximização dos impactos positivos, bem como a minimização dos impactos negativos, adequando-o e agregando-o ao apoio ou pelo menos a aceitação pública para seu funcionamento. Considera-se que tal aceitação reduz a resistência dos mesmos com relação à apropriação do espaço para o uso público e para uma maior conscientização da relevância ambiental da área, reduzindo ações nocivas como depredações de sua infraestrutura e degradação das suas características naturais, preservando-as para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALVES, K.S. **Notas sobre a relação espaço-identidade no turismo. In: Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** Outras Expressões, São Paulo, 2012.

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papyrus, 1994.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo, Senac, 1998.

DALE, H. E. **Sustentabilidade em um mundo lotado.** Scientific American Brasil 41, São Paulo: Duetto Ed. 2005.

DRUMMOND, G. M.; Martins, C. S.; Machado, A. B. M.; Sebaio, F. A. & Antonini, Y. (orgs.). **Biodiversidade em Minas Gerais, um atlas para sua conservação.** 2ª ed. Fundação Biodiversistas. Belo Horizonte, 2005. p. 222.

EUHOFA; IH&RA; UNEP. **Sowing the seeds of change: na environmental teaching pack for the hospitality industry.** Paris Euhofa/Ih&Ra/Unep, 2001.

IBAMA/MINTER. **Unidade de conservação do Brasil. Brasília:** IBAMA, 1989. p.182

IBDF/FBCN. **Plano do sistema de conservação do Brasil: II Etapa.** Brasília: IBDF, 1982. p.173.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento Sustentável** - Brasil 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>>. Acesso em 08 agosto 2013.

JENKINS, C. **Desenvolvimento do turismo: o contexto.** In: **Encontro de Turismo Brasil – Grã-Bretanha: A dimensão dos setores públicos e privado.** Salvador. Unifacs, SCT, Sebre, 1998, p.25 -37.

LICKORISCH, L.J. JENKINS, C.L. **Introdução ao turismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2000, P. 241.

MACHADO, S. F. **Caracterização dos visitantes e percepção de impacto ambiental em duas unidades de conservação de Ouro Preto - MG.** (Monografia). Departamento de Turismo/Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto: 2013. . p.52

MEADOWS, D. H. **Haversting onde hundredfold: Key concepts and case studies in environmental education.** Nairobi: UNE, 1989.

MILANO, M. S. **Curso de manejo de áreas silvestres.** Curitiba: FUPEF, 1983. p.102

OUOPRETO.COM. Acesso em 25 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www.ouopreto.com.br/pgnormal/detalhe.php?idpgnormal=1>>. Acesso em 14 Nov. 2012.

QUINTÃO, A.T. B. **Evolução do Conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento.** *Brasil florestal*, Brasília: 1983, p. 13-22.

SECRETARIA DA AGRICULTURA. Departamento de Recursos Naturais renováveis. **Plano de Manejo do parque estadual de Espigão Alto.** Porto Alegre: 1986. p. 55.

SOARES, M. **Impactos do turismo: os efeitos do ecoturismo em unidades de conservação.** *Revista de Turismo.* Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior – IFES. Itajaí – SC. 2ª ed. v.2 n. 2, 2007

SUNKEL, O.; GILO, N. **Estilos de desarrollo y médio ambiente em la América Latina**. México: Fondo de cultura Econômica, Lecturas n. 36, 1980. 1980).

TAKAHASHI, Leide Yassuco. **Uso público em Unidades de Conservação**. Fundação O Boticário: Curitiba, 2004.

_____. **Limite aceitável de câmbio (LAC): manejando e monitorando visitantes**.

VALENTI, J.V. **Lãs distintas visiones geográficas de lãs relaciones entre naturaleza y hombre**. Revista de Geografia. Barcelona, Depto. De Geografia – Universidade de Barcelona, v. XVIII, 1984, p. 5-17.

VOLPATO, E. **Análise da situação florestal brasileira**, IBAMA; Brasília: 1986. p 218. versão preliminar.

WORD COMMISSIONO F ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **“Our common future”**. Oxford, Oxford University Press, 1987.